



Expectativas de acesso ao ensino superior

Um estudo de caso na
Cidade de Deus, Rio de Janeiro

Rosana Rodrigues Heringer

Expectativas de acesso ao ensino superior

Um estudo de caso na
Cidade de Deus, Rio de Janeiro

Rosana Rodrigues Heringer

1ª edição
Edição do Autor
Rio de Janeiro
2013

Expectativas de acesso ao ensino superior

Um estudo de caso na
Cidade de Deus, Rio de Janeiro

Copyright © 2013 do autor

AUTOR

Rosana Rodrigues Heringer

APOIO

Faperj (APQ1 número: E-26/111.399/2011)



PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Mais Programação Visual

CAPA

Arte sobre fotos de Rosana Heringer

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica feita pelo autor

H531e Heringer, Rosana Rodrigues, 1965. 1ª. ed. Expectativas de
acesso ao ensino superior: um estudo de caso na Cidade de
Deus, Rio de Janeiro.
Rio de Janeiro : Edição do Autor, 2013.

48p. : 15,8 x 23,0 cm

ISBN 978-85-916111-0-2

1. Rio de Janeiro. 2. Educação. 3. Cidade de Deus. 4. Ensino
superior. 5. Ensino médio. 6. Heringer, Rosana

CDD: 370.373

Todos os direitos reservados. Reprodução autorizada desde que citada a fonte.

Índice

Introdução	5
Mudanças recentes no acesso ao ensino superior no Brasil	14
Descrição da pesquisa de campo na Cidade de Deus	21
Resultados da pesquisa	21
O sonho ainda distante do ensino superior	21
Estudantes negros: afirmação identitária, auto-exclusão ou crença no igualitarismo?	28
Considerações finais	33
Referências bibliográficas	36
Anexos	40
Roteiro dos grupos focais	40
Seminário “Cidade de Deus: expectativas de acesso ao ensino superior, percepções sociais e mobilização comunitária”	43



Introdução

A presente publicação destina-se a apresentar os resultados e conclusões do projeto “Democratização do acesso ao ensino superior: avanços recentes e novos desafios”, realizado com o apoio da Faperj através da modalidade APQ1, no período de setembro de outubro de 2011 a março de 2013.

O projeto incluiu a realização de levantamento bibliográfico, levantamento de dados secundários sobre acesso ao ensino superior e a realização de uma pesquisa de campo na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, incluindo atividades de observação, entrevistas em profundidade e grupos focais com os alunos do 3º do ensino médio do Colégio Estadual Pedro Aleixo, além de estudantes do Projeto de Educação de Adultos do Programa SESI-Cidadania.

O projeto incluiu também a realização de viagens de estudos à UFRGS e a UFBA, além da apresentação de trabalhos com resultados parciais da pesquisa em reuniões científicas. Ao final do projeto os resultados da pesquisa foram apresentados em duas oportunidades na Cidade de Deus e foi realizado um seminário final de apresentação e discussão dos resultados da pesquisa na UFRJ, com a presença de especialistas em temas afins, professores, estudantes e de moradores da Cidade de Deus.

Ao longo da última década assistimos no Brasil a uma ampliação do acesso de estudantes de escola pública e estudantes negros (pretos e pardos) ao ensino superior. Embora o crescimento do número de jovens no ensino superior tenha sido geral, a taxa bruta de estudantes auto-declarados pretos e pardos que ingressaram no ensino superior cresceu 351% entre 1988 e 2008, em comparação com um crescimento de 189% entre os estudantes brancos (PAIXÃO *et alli*, 2011).

Os estudos recentes disponíveis sobre o tema apontam que este crescimento se deve à combinação de políticas de ação afirmativa nas instituições públicas de ensino superior – incluindo cotas (reserva de vagas) para grupos específicos, pontuação adicional (bônus) e vagas adicionais –, à ampliação do número de instituições, de campi e de vagas nas mesmas, além dos efeitos do Prouni – Programa Universidade para Todos, que destina bolsas para estudantes em instituições privadas (NEVES, 2012; VIEIRA, 2010; SANTOS, 2011).

Embora estes dados tragam expectativas positivas em relação à diversificação do público que passa a ter acesso ao ensino superior, sabemos que o Brasil ainda enfrenta grandes desafios para alcançar metas formuladas no início da década passada relacionadas à expansão do ensino superior.

Vários estudos apontam que muitas são as limitações para que um maior número de jovens de origem popular e negros chegue ao ensino superior. Estas limitações resultam de um acúmulo de desvantagens e oportunidades desiguais ao longo da vida, passando pela origem familiar, qualidade da formação escolar, ingresso precoce no mercado de trabalho, entre outros fatores.

Para contribuir com esta reflexão, decidimos aprofundar a análise sobre a trajetória escolar de jovens de origem popular, em sua maioria negros, no seu caminho até o possível ingresso no ensino superior. Acreditamos que, além dos fatores já brevemente mencionados, a desinformação sobre as mudanças recentes nos sistemas de seleção para ingresso no ensino superior, sobre as possibilidades de reserva de vagas e bolsas para grupos específicos e também sobre eventuais mecanismos de apoio estudantil e permanência torna ainda mais distante esta possibilidade de ingresso. Por esta razão desenvolvemos pesquisa de campo específica sobre um grupo de estudantes de ensino médio na Cidade de Deus.

O estudo apresenta resultados sobre o quanto as informações relacionadas às diferentes formas de acesso ao ensino superior são de conhecimento dos estudantes de ensino médio na Cidade

de Deus. Também explora em que medida os estudantes têm informação sobre as políticas de ação afirmativa que ampliam o acesso ao ensino superior.

Examinamos suas percepções sobre a possibilidade de ingresso no ensino superior no futuro, quais as estratégias desenhadas para este fim e quais as razões para uma possível falta de interesse nesta perspectiva. Procuramos observar se e como as recentes políticas adotadas pelo governo brasileiro para expandir o acesso de jovens de menor renda e estudantes negros ao ensino superior estão contribuindo para desenvolver um maior interesse e possíveis aspirações destes jovens a ingressar no ensino superior, contribuindo para que considerem o ensino superior no seu horizonte de possibilidades futuras.

A pesquisa buscou explorar estas e outras hipóteses, visando contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de democratização do ensino superior no país e, particularmente, no Rio de Janeiro.

Os principais objetivos da pesquisa foram:

- 1) Analisar em que medida as políticas de democratização do ensino superior (como por exemplo a reserva de vagas – “política de cotas” -, Prouni, Reuni, Sisu etc.) estão contribuindo para ampliar o acesso e sucesso de estudantes negros e de menor renda para entrar na universidade.
- 2) Identificar fatores que limitam as chances de estudantes de origem popular e afrodescendentes ingressarem no ensino superior.
- 3) Conhecer e analisar o caso específico de um conjunto de jovens concluintes do ensino médio na Cidade de Deus, a fim de identificar suas expectativas e aspirações em relação ao ingresso no ensino superior e as limitações para esta concretização.
- 4) Identificar o nível de informação e conhecimentos que um grupo de jovens que cursam o ensino médio na Cidade de Deus têm sobre as diferentes modalidades de acesso ao ensino superior.

A fim de concretizá-los, realizamos uma série de procedimentos de pesquisa, envolvendo revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários e pesquisa de campo, que serão apresentados com mais detalhes a seguir.

Antes de prosseguir com os demais itens deste relatório, gostaríamos de fazer alguns agradecimentos a instituições e pessoas que foram fundamentais para a realização da pesquisa.

Em primeiro lugar agradecemos à FAPERJ, instituição que permitiu, através desta modalidade de apoio APQ1, viabilizar o reinício de uma agenda de pesquisa por esta docente então recentemente concursada na Faculdade de Educação da UFRJ. Foi fundamental este apoio inicial da Faperj para a retomada das minhas atividades de pesquisa, agora neste novo espaço institucional, e para garantir as condições de trabalho necessárias em termos de equipamentos, viagens e apoio ao trabalho de campo.

Agradeço também à Faculdade de Educação da UFRJ, na pessoa de sua diretora, Ana Monteiro, que endossou meu projeto de pesquisa e acreditou na minha capacidade de realizá-lo.

Agradeço igualmente aos meus colegas da Faculdade de Educação da UFRJ, principalmente aos colegas do Grupo de Pesquisa sobre Sistemas Educacionais – GESED e do Laboratório de Pesquisas sobre Oportunidades Educacionais – LAPOPE, por seu incentivo, e possibilidade de trocas de ideias e debates sobre os resultados da pesquisa.

Gostaria também de manifestar meu agradecimento à diretora Maria Helena Barros Luz, aos professores, funcionários e alunos do Colégio Estadual Pedro Aleixo (CEPA), pela sua disponibilidade em colaborar com a pesquisa e por terem se tornados também co-participantes deste processo de construção do conhecimento.

Agradeço da mesma forma aos integrantes da equipe do Sesi-Cidadania, na pessoa da Chefe do Setor de Educação Básica do Sesi-Jacarepaguá, Magda Cristina Bastos do Nascimento e de Rosângela Dantas, Pedagoga da Unidade Operacional de

Jacarepaguá/SESI-RJ. Também agradeço muito aos alunos e professores das 3 unidades do Sesi Cidadania na Cidade de Deus, pela sua disponibilidade, cooperação e interesse na pesquisa.

Finalmente, é importante destacar que esta pesquisa contou desde sua concepção inicial com a parceria com o CEACC – Centro de Estudos e Ações Culturais e de Cidadania, sediada na Cidade de Deus e atuante desde 2001. A coordenação do CEACC atendeu prontamente ao convite para a realização da pesquisa. Além disso, duas integrantes do CEACC atuaram de maneira ativa, responsável e comprometida como assistente e auxiliar de campo na realização da pesquisa da Cidade de Deus. Por isso, agradeço muito a Darlene Costa e Ednalva Assis, ambas moradoras da Cidade de Deus, por sua colaboração e pelas oportunidades de aprendizado conjunto.

Finalmente, gostaria de destacar que, embora seja um trabalho com muitas colaborações e parcerias, os resultados da pesquisa, a análise dos mesmos e as interpretações aqui propostas são de inteira responsabilidade da pesquisadora e coordenadora do projeto.

Mudanças recentes no acesso ao ensino superior no Brasil

O Censo do Ensino Superior no Brasil aponta que 6,4 milhões de estudantes estavam matriculados neste nível educacional em 2010. Embora este pareça ser um número alto de matrículas, se tomarmos a população brasileira de 18 a 24 anos, apenas 13% da mesma estão matriculados no ensino superior. Esta proporção representa um dos mais baixos níveis de matrícula no ensino superior na América Latina.

Cerca de 75% destes estudantes frequentam instituições privadas e apenas 25% dos mesmos frequenta instituições públicas. No contexto brasileiro, isto significa que a maioria dos estudantes se encontra em instituições de menor qualidade e paga mensalidades, enquanto uma minoria (cerca de pouco mais de um milhão de estudantes) estuda em instituições de maior qualidade de forma gratuita.

Por esta razão, observa-se uma alta competição por vagas nas instituições públicas (na sua maioria federais), levando ao paradoxo conhecido de que entre os estudantes das universidades públicas predominam os estudantes que frequentaram escolas particulares no ensino básico, sendo o inverso também verdadeiro.

Ao longo dos anos 1990 e, principalmente, dos anos 2000, ampliou-se o consenso entre diferentes setores da sociedade brasileira sobre a enorme desigualdade no acesso ao ensino superior no Brasil. Observou-se também que os jovens brasileiros que chegavam ao ensino superior eram predominantemente de classe média e de classe alta e em sua maioria brancos, deixando de fora desta

possibilidade, portanto, um grande contingente de jovens pobres, pretos, pardos e indígenas.

Em face desta exclusão educacional, entidades não-governamentais e movimentos sociais se mobilizaram para oferecer oportunidades de formação complementar para jovens pobres, de escola pública, pretos, pardos e indígenas aumentarem suas chances de ingresso. Universidades, prefeituras, empresas e igrejas também se engajaram nestas iniciativas, levando a resultados relevantes em termos de aprovação destes estudantes em exames de seleção.

Em função deste diagnóstico, também órgãos governamentais passaram a desenvolver políticas para ampliar o acesso ao ensino superior de grupos historicamente excluídos. Data de 2001 a primeira lei de reserva de vagas em universidades públicas (UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e UNEB – Universidade Estadual da Bahia) e de 2004 a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Também houve ampliação do investimento em universidades federais visando o aumento da oferta de cursos e vagas (HERINGER, 2010; PAIVA, 2010).

Nos últimos 10 anos, o governo brasileiro iniciou a implementação de alguns programas voltados para a expansão do número de estudantes no ensino superior. As medidas incluíram, por um lado, a criação de novas universidades – 14 foram criadas entre 2003 e 2009 – e a expansão das universidades federais já existentes, com a criação de novos campi, novos cursos e abertura de mais vagas, através do REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), criado em 2007. Outra medida foi a criação do PROUNI (Programa Universidade para Todos), um programa de bolsas em instituições privadas, custeado pelo governo federal (SANTOS, 2011). Entre os mecanismos de acesso ao ensino superior no Brasil hoje o mais utilizado é o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)¹.

1. O Exame Nacional do Ensino Médio é uma prova realizada pelo Ministério da Educação criada em 1998, inicialmente utilizada para avaliar a qualidade do ensino médio no país. A participação dos estudantes é voluntária. Além de funcionar como forma de avaliação do ensino, seu resultado serve para acesso ao ensino superior em centenas de instituições de ensino superior públicas e privadas. Para a prova do ENEM em 2012 se inscreveram cerca de 6,5 milhões de estudantes. O ENEM também é o mecanismo de seleção utilizado para competir por uma bolsa do PROUNI.

Também teve início neste período a implementação de programas voltados para o atendimento à demanda por maior inclusão de estudantes de menor renda, pretos, pardos e indígenas ao ensino superior, através da adoção de políticas de ação afirmativa. Estas se iniciaram primeiramente em universidades estaduais, a partir de 2001 e, em seguida, se espalharam por dezenas de universidades públicas estaduais e federais em todo o país. No final de 2011, 115 instituições públicas de ensino superior haviam adotado algum tipo de ação afirmativa para diferentes grupos excluídos (JODAS & KAWAGAMI, 2011; HERINGER, 2009; MORCHE & NEVES, 2010; PAIVA, 2010). A maioria destas instituições adotou cotas, em geral de 20%, para estudantes de escola pública, negros, indígenas e outros grupos excluídos. Algumas adotaram sistemas de pontuação adicional (bônus) ou vagas adicionais.

Estas políticas não foram adotadas sem polêmicas sobre sua legitimidade e sobre sua adequação aos princípios constitucionais da igualdade. Ao longo da última década houve centenas de artigos e reportagens publicados na imprensa brasileira e muitos debates acadêmicos sobre estas políticas, principalmente em relação às cotas para estudantes negros (FERES, 2009). As discussões exploraram temas como a definição de quem é negro no Brasil e sobre como as universidades iriam lidar com os alunos “menos preparados”.

Neste contexto de polêmica e crítica, algumas universidades foram processadas judicialmente pela adoção destas políticas. Um destes casos chegou ao Supremo Tribunal Federal e em abril de 2012 os juízes do STF aprovaram por unanimidade a constitucionalidade do sistema de cotas, inclusive utilizando critérios raciais.

Outro marco importante no âmbito destas políticas ocorreu também em 2012, com a promulgação da lei 12.711 de 29/08/2012, que prevê a adoção de reserva de 50% das vagas para alunos de escola pública, sendo metade destas para alunos com renda per capita até 1,5 salários mínimos e com reserva para estudantes negros e indígenas de acordo com a sua proporção na população

de cada estado. As instituições federais iniciaram a implementação da lei na seleção para acesso em 2013 e tem prazo de até 4 anos para cumprir integralmente o que dispõe a lei.

Apesar dos sucessos destas políticas, alguns problemas persistem. Por um lado, existem muitas dificuldades por parte dos estudantes de menor renda para se manterem nas universidades em função de dificuldades financeiras, pois as políticas de permanência tem sido insuficientes para atender toda a demanda (VARGAS, 2012; SOUSA & PORTES, 2011).

Por outro lado, como foi apontado anteriormente, a baixa qualidade da maioria das escolas públicas de ensino médio torna difícil para um grande número de estudantes conquistar uma vaga em uma instituição pública, principalmente nos cursos mais competitivos.

Muitas vezes, para entender o efeito de determinadas políticas, é necessário estabelecer tanto um olhar “macro” sobre seus resultados agregados (por exemplo, número de matrículas segundo características socioeconômicas), mas também é preciso observar no plano “micro” como tais políticas são percebidas, acessadas e avaliadas pelos potenciais beneficiários. Também é importante perceber o que faz com que alguns destes potenciais beneficiários considerem que esta política não se destina a eles ou não terá impacto. Em resumo, como avaliamos se uma política pública está “dando certo”?

Para refletir e buscar algumas respostas para estas questões fomos a campo investigar um grupo de estudantes que poderia ser definido como público alvo das políticas de democratização do acesso ao ensino superior. Não obstante esta definição, não avaliam como certo seu ingresso num curso superior. Por que isso acontece? Mais adiante vamos ensaiar algumas respostas, mas por hora gostaríamos de apresentar mais informações sobre o grupo pesquisado e o trabalho de campo desenvolvido.

Descrição da pesquisa de campo na Cidade de Deus

A pesquisa de campo cujos dados são analisados neste relatório foi realizada na Cidade de Deus, localizada na XXXVI Região Administrativa da Sub-Prefeitura da Barra e Jacarepaguá, município do Rio de Janeiro. O trabalho de campo foi realizado no período de setembro de 2011 a outubro de 2012.

Para além da notoriedade adquirida em função do sucesso comercial do filme Cidade de Deus em 2002, dirigido por Fernando Meirelles, por sua vez baseado no romance homônimo escrito por Paulo Lins, a Cidade de Deus é um bairro popular do Rio de Janeiro, com cerca de 60 mil habitantes, localizado numa das principais áreas de expansão da cidade, a Zona Oeste, com grande proximidade do luxuoso bairro da Barra da Tijuca. Esta localização produz um efeito imediato ao visitante da região, que rapidamente transita dos condomínios fechados e *shopping centers* da Barra aos conjuntos habitacionais e casas simples da popularmente chamada “CDD”.

Palco de muitas situações de violência e conflito armado entre traficantes de drogas e policiais que se sucederam ao longo de décadas, desde o final de 2009 a Cidade de Deus foi alvo da nova política de segurança do governo estadual, através da implantação de uma UPP – Unidade de Polícia Pacificadora no local, visando à redução da criminalidade, em especial do comércio ilegal de drogas. A implantação de uma UPP consiste na ocupação da comunidade por policiais militares, se necessário

com apoio do exército ou da força nacional, e posterior instalação de uma unidade permanente da polícia no local. A proposta é que a polícia esteja mais próxima da população e que, além de segurança, sejam levados à comunidade outros serviços públicos.

Os dados apresentados em uma reunião de balanço de dois anos da UPP na Cidade de Deus, realizada em janeiro de 2012, indicavam redução significativa de crimes e episódios de violência no bairro, apontando, portanto, para uma avaliação positiva desta política por parte dos moradores². A opinião predominante entre eles é de que o bairro está mais seguro, sem demonstrações explícitas de violência por parte do tráfico de drogas, porém comenta-se que os grupos criminosos continuam atuando no local, embora de forma mais discreta.

A Cidade de Deus possui baixos indicadores de desenvolvimento humano e baixo nível educacional de sua população. A maioria da população se identifica como preta ou parda. Dados de 2010 apontam que: 44% dos moradores não completaram o ensino fundamental; 37% chegaram ao ensino médio (completo ou incompleto); apenas 6% chegaram ao ensino superior (completo ou incompleto) (IBASE, 2010).

No bairro existem 13 escolas, sendo 12 municipais e uma estadual. Entre as escolas municipais, uma é exclusivamente de educação infantil (creche e pré-escola) e 11 de ensino fundamental, sendo nove destas de 1º. ao 5º. ano e duas de 1º ao 9º ano. Na única escola estadual é oferecido apenas o ensino médio no período noturno (PAINO, 2011). Trata-se do Colégio Estadual Pedro Aleixo (CEPA), local onde se realizou a primeira fase de

2. Nesta reunião a fala principal coube ao comandante de uma das UPPs do bairro (na verdade são três unidades instaladas na Cidade de Deus), que fez longo relato ilustrado com gráficos e fotos sobre a redução das ocorrências criminosas e sobre a ação policial no período. O palestrante era acompanhado de perto pelos dois comandantes das outras UPPs e mais cinco policiais. Todos eles permaneceram durante todo o tempo da reunião vestindo coletes a prova de balas e fortemente armados. Participaram da reunião cerca de 40 pessoas, na sua maioria moradores e lideranças locais.

nossa pesquisa³. O colégio funciona num CIEP que é compartilhado com uma escola municipal no período diurno⁴. O prédio está bem conservado, porém é visível que as dependências são primordialmente de uso da escola municipal, com muitos trabalhos infantis decorando os corredores e salas.

Em 2012 o colégio ofereceu nove turmas de Ensino Médio, sendo três turmas no 1º. E 2º. Anos e duas turmas no 3º ano. Nas duas turmas de 3º ano encontravam-se matriculados, em março de 2012, 84 alunos. Os alunos são distribuídos nas turmas seguindo uma divisão etária: alunos mais jovens, em sua maioria vindos do ensino fundamental regular, estão na turma 3001 e alunos mais velhos, vindos em sua maioria de EJA (Educação de Jovens e Adultos), estão na turma 3002. Entretanto esta turma é diversificada e também conta com alunos jovens.

Dos 84 alunos matriculados no 3º Ano do Ensino Médio conseguimos reunir informações sobre 62 estudantes, através de fichas de informação preenchidas por eles em nossos primeiros encontros. Além disso, foram realizados quatro grupos focais, sendo dois em cada uma das turmas (3001 e 3002), reunindo no total cerca de 40 estudantes. Também realizamos algumas entrevistas individuais, a partir de situações exemplares. Realizamos apenas três entrevistas com alunos do CEPA. Infelizmente não conseguimos realizar o número de entrevistas que tínhamos em mente, em função de dois fatores principais: a) a pouca disponibilidade dos alunos, principalmente no período de férias escolares (julho/2012);

3. O Colégio Pedro Aleixo ficou na posição 17.889º. no ENEM 2011 em nível nacional, com nota média de 488,28. Para efeitos de comparação, a escola pública que ficou em melhor colocação no município do Rio de Janeiro (em 27º. Lugar) foi o Colégio de Aplicação da UERJ, que teve média de 714,51. A melhor escola do Rio de Janeiro no ENEM 2011, também primeira colocada em nível nacional, foi o Colégio São Bento, com nota média de 761,70.

4. Vale destacar que o colégio Pedro Aleixo não é a única escola pública que recebe jovens moradores da Cidade de Deus que desejem cursar o ensino médio. Levantamentos apontam que pelo menos sete escolas do entorno (Barra, Taquara, Tanque, Anil) recebem estudantes moradores da Cidade de Deus, além de escolas em bairros mais afastados, como Gávea. Recorrendo às escolas do entorno, os estudantes buscam suprir a limitação de vagas no ensino médio na Cidade de Deus. Pretendemos, numa etapa futura de pesquisa, analisar o perfil e expectativas dos estudantes da Cidade de Deus que freqüentam estas escolas do entorno.

b) o pouco tempo disponível para agendar e realizar as entrevistas, em função da realização dos grupos focais com as turmas do SESI, não previstos inicialmente na pesquisa.

De uma forma geral nosso contato com a diretora, professores, funcionários e alunos da escola ocorreu de forma amigável e bastante acessível. Frequentamos o CEPA por cerca de um ano, com visitas regulares para diferentes finalidades. Nas primeiras visitas tivemos contato basicamente com a diretora da escola, Profa. Maria Helena Barros Luz, e com alguns professores por ela indicados para apoiarem a realização da pesquisa, nas disciplinas de Sociologia, Filosofia e Língua Portuguesa. Também tivemos contatos com funcionários da secretaria do colégio e inspetores, e todos foram em geral colaborativos.

Embora tivéssemos ouvido anteriormente relatos de colegas sobre dificuldades de realização de pesquisas em escolas públicas do Rio de Janeiro, podemos afirmar que nossa experiência foi bastante favorável. A diretora entendeu a proposta e não solicitou – como havíamos imaginado – uma autorização da Secretaria de Educação para realização da pesquisa. Se no início tivemos um contato superficial e talvez um pouco frio com a direção da escola, observamos que ao longo do ano houve uma evolução neste relacionamento e, após alguns meses, construímos uma relação de confiança e colaboração. Já éramos então conhecidos pela equipe que, em várias situações, nos apoiou como pode. Poderíamos identificar um momento importante de transição nesta forma de contato quando nos disponibilizamos e realizar, juntamente com alunos da UFRJ, oficinas de sensibilização e informação com os alunos do 3º Ano sobre acesso à universidade.

Em função deste reduzido volume de informações sobre acesso e permanência no ensino superior, após a realização dos grupos focais organizamos duas oficinas de informação sobre acesso e permanência na universidade pública. As oficinas foram ministradas pelos estudantes da UFRJ integrantes do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes, formado por estudantes de origem popular. Nos debates realizados ao final das oficinas

ficou evidente a surpresa dos estudantes de ensino médio quando eram informados, por exemplo, sobre as diferentes modalidades de bolsas e auxílios disponíveis para os estudantes nas universidades públicas⁵. Após a realização destas oficinas também nos disponibilizamos a fornecer informações e auxiliar aqueles estudantes que quisessem se inscrever no ENEM.

No decorrer do trabalho de campo, ao participarmos de uma reunião do Comitê de Educação da Cidade de Deus, que reunia representantes de diversas organizações locais e órgãos governamentais que atuam no bairro, fomos informados da existência de um projeto de educação suplementar implementado pelo sistema SESI/FIRJAN⁶. Trata-se do programa SESI Cidadania, que teve início em 2009, alguns meses após a criação da UPP no bairro, com o objetivo de oferecer serviços e atividades demandadas pela população local. A supervisora do programa na Unidade SESI Jacarepaguá, Chefe do Setor de Educação Básica, Magda Cristina Bastos do Nascimento, nos informou que houve um diagnóstico feito pelo próprio Sistema FIRJAN chamado “Mapa do Desenvolvimento no Rio de Janeiro”, voltado para a identificação de atividades para a melhoria da qualidade de vida da população e, neste diagnóstico, apareceram principalmente demandas por esporte, saúde e educação na Cidade de Deus.

O Programa SESI Cidadania foi implantado em parceria com organizações locais (CUFA, Associação de Moradores, AMUNICON) e com uma escola municipal (Alphonsus Guimarães). Além do ensino médio modulado (“supletivo”), que permite a conclusão do Ensino Médio em um ano e meio, o programa também oferece reforço escolar em nove escolas municipais, cursos de inglês, informática, espanhol, ensino fundamental na modalidade EJA, no período noturno e alguns cursos de curta duração como formação para atendente/recepcionista.

5. Agradeço à Profa. Warley da Costa da UFRJ, coordenadora do PET-Conexões e aos estudantes da UFRJ que ofereceram as oficinas pelo apoio e pela parceria.

6. Serviço Social da Indústria, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

A primeira turma de ensino médio teve início em 2010, seguida por mais duas turmas em 2011. Em julho de 2012 tiveram início mais duas turmas. Cerca de 200 alunos encontravam-se matriculados nas cinco turmas em julho de 2012. Ao final do trabalho de campo conseguimos obter fichas de informação de 107 alunos do SESI e contamos com a participação de 70 estudantes em cinco grupos focais.

O contato e a interação com a equipe do SESI também foram bastante positivos. A pedagoga responsável, Rosângela Dantas, assim como os professores com os quais tivemos contato para realização dos grupos focais foram receptivos e atenciosos, muitas vezes também se envolvendo nos debates e colaborando com suas opiniões sobre os temas discutidos.

Vale destacar que neste programa as turmas são multisseriadas, com alunos das três diferentes fases (1^a, 2^a, e 3^a.) na mesma turma. A abordagem pedagógica é baseada em projetos temáticos, com módulos trimestrais, seguindo-se a metodologia própria do SESI chamada SESIeduca⁷. A expectativa é que cada ano do ensino médio seja concluído em um semestre, porém o aluno pode concluir cada fase seguindo seu próprio ritmo, adiantando-se em algumas disciplinas e ficando retidos em outras.

Os grupos focais, tanto no colégio estadual quanto nas turmas do SESI, abordaram os planos futuros dos estudantes, incluindo as percepções sobre a possibilidade de ingresso no ensino superior e o conhecimento sobre as formas de acesso. Os resultados aqui apresentados extraem informações tanto das fichas de informação (169 no total) quanto dos nove grupos focais realizados (com a participação de 110 alunos no total)⁸.

Após o preenchimento das fichas de informação pelos alunos e a realização dos grupos focais, nos dedicamos a tabular as informações das fichas (em planilha Excel) e a analisar o conteúdo

7. <http://www.firjan.org.br/site/anexos/educamais/programa05.htm> (acesso em 14/08/2012).

8. Ver roteiro utilizado para os grupos focais no Anexo 1.

das discussões nos grupos focais, utilizando o software NVivo. Temos consciência de que não conseguimos utilizar plenamente todos os recursos deste programa, pois ainda não tínhamos nos familiarizado muito com o mesmo. Entretanto o mesmo mostrou-se extremamente útil e versátil na análise de dados qualitativos, inclusive áudio e imagem, nos encorajando a utilizá-lo mais amplamente em futuras pesquisas.

A partir de agosto/2012 passamos a contar também com o apoio de uma bolsista PIBIC, a aluna Beatriz Roriz, que auxiliou na realização de alguns grupos focais, na sistematização dos resultados da pesquisa e na preparação do seminário final de apresentação dos resultados da pesquisa, realizado na UFRJ.

Destacamos ainda, como será apontada mais adiante com maior detalhe, a importância de apresentar resultados parciais da pesquisa em diferentes momentos ao longo do projeto, em eventos acadêmicos⁹ e também durante as viagens de estudo que realizamos, com atividades desenvolvidas na UFRGS e na UFBA¹⁰.

Finalmente, foi parte constitutiva deste projeto a apresentação dos resultados da pesquisa na Cidade de Deus. Foi realizado em outubro de 2012 um seminário para apresentação e discussão dos resultados para a diretora e os professores do 3º Ano do Ensino Médio do CEPA. Também foi realizado em novembro de 2012, no CEACC, na Cidade de Deus, um seminário de apresentação dos resultados da pesquisa aberto ao público, que contou com a participação de cerca de 20 pessoas, entre lideranças, professores, integrantes de organizações locais e de equipes de projetos governamentais em implementação na Cidade de Deus.

9. Ver item VI deste relatório.

10. Ver item V deste relatório.

Resultados da pesquisa

O sonho ainda distante do ensino superior

Nossa pesquisa de campo desenvolveu-se junto a estudantes jovens e adultos moradores da Cidade de Deus, em sua maioria mulheres e negros, com idade entre 17 e 61 anos. Dividem-se basicamente em dois grupos. O primeiro deles predomina em uma das turmas da escola pública, onde encontramos um conjunto de jovens com idade razoavelmente compatível com a série, que na sua maioria moram com os pais. Neste grupo apenas uma parte trabalha.

O segundo grupo compõe a grande maioria dos estudantes pesquisados, formada por trabalhadores que tiveram sua escolaridade interrompida por diferentes circunstâncias de vida – necessidade de trabalhar, casamento, maternidade, envolvimento com drogas, desinteresse – e que, em determinado momento, decidiram retomar os estudos. Um grupo significativo passou pelo EJA (Educação de Jovens e Adultos) no ensino fundamental e passou a frequentar o ensino médio noturno na escola pública ou nas turmas de “supletivo” oferecidas pelo SESI.

A realidade do trabalho se impõe de maneira significativa para estes estudantes. Cerca de 60% dos estudantes tanto da escola pública quanto do SESI informaram trabalhar. As ocupações predominantes são de baixa qualificação, tais como diaristas, vendedores, serviços pouco qualificados na construção civil, vigilantes, auxiliares administrativos em escritórios, cozinheiros, empregados em serviços de manutenção e limpeza, entre outros.

No caso dos alunos das turmas do SESI, onde o contingente de trabalhadores é maior, ficou mais evidente a perspectiva de aumento de escolaridade como uma possibilidade de melhores oportunidades no mercado de trabalho e mobilidade social ascendente. A superintendente do SESI em Jacarepaguá afirma que o ensino médio modulado oferecido termina por atrair pessoas que já trabalham, “têm pressa” e querem logo terminar esta etapa para buscar um maior desenvolvimento profissional. De fato, entre os estudantes destas turmas identificamos um maior interesse em concluir o ensino médio e, quem sabe, ingressar no ensino superior.

Do ponto de vista da origem social, tomando como referência a literatura sobre capital cultural, observamos que estes estudantes vêm de famílias em que os pais têm pouca escolaridade, predominando o ensino fundamental (completo ou incompleto). Um estudante informou que o pai completou o ensino superior e mais um informou que a mãe possui ensino superior completo. Cerca de 27% dos pais tem ensino médio completo. Também houve um número expressivo de mães com menos de quatro anos de estudo (20%). Entre os estudantes que pretendem ingressar no ensino superior, os pais possuem escolaridade levemente superior à média do conjunto de estudantes.

Este quadro não se difere daquele apresentado por outros estudos da escolarização em setores populares, incluindo o já clássico estudo de SILVA (2003) sobre os universitários da favela da Maré, no Rio de Janeiro, e os trabalhos de ZAGO (2006) neste campo. Observamos aqui que, crescentemente, este será o público potencial do ensino superior, formado por jovens que são a primeira geração de sua família a ingressar neste nível de ensino, o que traz novas conseqüências, desafios e responsabilidades para a instituição de ensino superior.

No caso da escola pública pesquisada, nosso estudo demonstra que a expectativa de ingresso no ensino superior é modesta para a maioria dos estudantes investigados. Esta percepção é semelhante àquela encontrada em outros estudos feitos com jovens de ensino médio sobre temas afins. Destacamos o trabalho de

DAYRELL *et alli* (2011), realizado em escolas do estado do Pará, bem como a pesquisa de SANTOS *et alli* (2012) no Recôncavo Baiano, além do trabalho de TEIXEIRA (2011) em Sergipe. Identificamos que a expectativa de ingresso no ensino superior é um pouco maior entre os estudantes mais jovens (até 24 anos).

Entre os estudantes do SESI, a expectativa de ingresso no ensino superior é maior, numa proporção de praticamente o dobro em relação aos estudantes da escola pública, possivelmente em função do perfil dos mesmos, já apontado anteriormente.

Os cursos apontados como de possível interesse são variados, abrangendo um grande leque de áreas. Os mais citados foram Direito, Administração e Enfermagem. Entretanto também foram mencionados pelo menos uma vez: Educação Física; Artes; Gastronomia; Farmácia; Arquitetura; Engenharia de Petróleo; Engenharia Elétrica; Medicina; Fisioterapia; Matemática; Ciências Contábeis; Biologia e Estética.

Em relação ao ENEM, a maioria dos estudantes informou conhecer a prova, mas nem todos tinham a informação de que o resultado desta prova determinava as possibilidades de ingresso na maioria das instituições de ensino superior. Ao longo dos grupos focais, alguns perguntaram para que servia o ENEM e se era obrigatório realizá-lo. Após a data limite para inscrição no ENEM 2012, constatamos que 27 estudantes da escola pública haviam se inscrito para a prova, num universo de 84 estudantes matriculados no 3º ano. Entre os estudantes do SESI, as turmas são multisseriadas e, portanto, nem todos estariam aptos a se inscrever no ENEM em 2012. A estimativa da coordenação é de que cerca de 50% dos estudantes que estão na 3ª. fase (equivalente ao 3º ano) tenham se inscrito.

Apenas uma pequena minoria dos alunos (10% na escola pública e 20% no SESI) disse que pretende se inscrever na seleção para o PROUNI. De fato, o PROUNI revelou-se como um programa bastante desconhecido entre os estudantes pesquisados. Uma proporção significativa informou na ficha que não conhece o programa. Além disso, identificamos através dos grupos focais que provavelmente esta proporção é bem maior, dado que, quando perguntados, a

maioria dos participantes não conseguiu explicar em que consistia o programa. Esta situação é preocupante se pensarmos que os estudantes do universo pesquisado seriam um público alvo importante para um programa deste tipo.

Por outro lado, quase metade dos estudantes informou que pretende fazer outros cursos de nível técnico e profissionalizante, incluindo cursos de idiomas, visando em alguns casos o aperfeiçoamento no âmbito do trabalho que já exercem. Entre os cursos de nível técnico mencionados encontram-se os seguintes: Farmácia, Enfermagem, Segurança do Trabalho, Administrativo, Gastronomia, Solda, Massoterapia, Gestão de RH, Pintura, Informática, Eletrotécnica, Radiologia, Cozinha, Construção Civil, Contabilidade, Cabeleireiro, Promoção de Eventos, entre outros. Também foram mencionados os cursos de idiomas, principalmente inglês. Entre outras atividades às quais os estudantes pretendem se dedicar no futuro houve menções a carreira militar, pré-ENEM e abrir negócio próprio. Estas três últimas opções foram mais comuns entre os estudantes do SESI.

Um fator que se destacou nos grupos focais foi a consciência que a maioria dos estudantes possui sobre as limitações de sua formação adquirida na escola pública e as consequências disso para suas chances de ingresso no ensino superior, revelando o cálculo das estimativas de êxito apontado por BOURDIEU (2010). Quando perguntados sobre a principal dificuldade a ser enfrentada na caminho para ingressar no ensino superior, a maioria respondeu que seria o grau de dificuldade das provas e seu despreparo para as mesmas.

Grande parte dos alunos da escola pública se mostrou bastante crítica em relação à escola e aos professores. As críticas formuladas em relação aos professores apontam para as seguintes questões: os professores são desmotivados; não ensinam o conteúdo previsto; não utilizam o livro didático; e “explicam como se todos já soubessem”, sem dar atenção às dificuldades dos alunos.

Ao mesmo tempo, muitos atribuíram a eles mesmos o risco do insucesso, apontando como razões o seu desinteresse, cansaço

ou falta de concentração para acompanhar as aulas. Por essa razão alguns alunos demandavam dos professores e da escola pública em geral mais disciplina e mais rigor nas avaliações, a fim de que aqueles que são mais desinteressados possam ser “cobrados” em relação a um melhor desempenho.

A análise das fichas de informação e dos grupos focais nos levou também à identificação de dois grupos de estudantes no que diz respeito às suas expectativas de ingresso no ensino superior. O primeiro grupo foi denominado de “grupo dos estratégicos”. Caracterizam-se por saber o que querem e planejar ou ao menos ter pistas de como chegar lá. Vale lembrar que DAYRELL *et al* fazem uma caracterização semelhante em relação aos estudantes pesquisados no Pará (*op.cit.*).

O segundo grupo foi denominado de “grupo dos sonhadores”. Caracterizam-se pelo fato de terem alguma ideia do que pretendem fazer, mas não enunciarem como planejam alcançar estas metas. Além disso, os integrantes deste grupo demonstram que não possuem informações básicas que auxiliem na tarefa de dar alguma concretude aos seus sonhos. Na verdade poderíamos considerar que o grupo dos sonhadores consiste em um sub-grupo de um conjunto maior de estudantes caracterizados como indefinidos, que responderam “não sabe” à questão sobre ingresso na universidade pública.

Os grupos focais mostraram conhecimento limitado sobre as políticas recentes de ampliação do acesso ao ensino superior, tanto do ponto de vista de acesso quanto de permanência. Em geral estes mecanismos não foram citados espontaneamente. Quando estimulados, alguns afirmaram que já “ouviram falar” sobre estas medidas, mas também não têm maiores informações.

O mais preocupante, a nosso ver, do ponto de vista da preparação dos estudantes do ensino médio em relação a esta possibilidade de entrada no ensino superior foi percebermos que, até o momento, a escola pública de ensino médio não tem sido uma fonte de informações relevante sobre estes programas, como também demonstrou DAYRELL *et alli* (2011). A exceção ocorre através de alguns

poucos professores que, individualmente, se preocupam em divulgar informações sobre o ENEM e outros mecanismos de seleção. Do ponto de vista das políticas de permanência no ensino superior esta informação é praticamente inexistente no universo de conhecimento dos estudantes pesquisados.

Para termos uma ideia desta dificuldade e, ao mesmo tempo, distância, material e simbólica, apresentamos rapidamente um quadro das instituições públicas de ensino superior no Rio de Janeiro, para as quais os estudantes da Cidade de Deus poderiam potencialmente se candidatar.

Em 2012 havia seis universidades públicas¹¹, além de dois institutos tecnológicos na área metropolitana do Rio de Janeiro. A título de exemplo, as formas de ingresso na universidades públicas são apresentadas a seguir:

Quadro I: Principais instituições públicas de ensino superior na região metropolitana do Rio de Janeiro – 2012¹²

UFRJ	ENEM/ SISU	30% das vagas reservadas para estudantes de escola pública
UERJ	Processo de seleção próprio	20% das vagas reservadas para estudantes de escola pública, 20% para estudantes negros e 5% para portadores de deficiência
UFF	ENEM/SISU (20%) e processo de seleção próprio (80%)	20% de bônus na nota final para estudantes de escola pública

11. Aqui está incluída a UEZO (Centro Universitário da Zona Oeste), que está em processo de reconhecimento como universidade, e oferece vários cursos de graduação, principalmente na área tecnológica.

12. É importante mencionar que estas formas de acesso, em relação às instituições federais, foram alteradas a partir dos concursos de acesso em 2012 para ingresso em 2013, quando passou a valer o que foi definido pela nova lei 12.711 de 29/08/2012, que prevê a adoção de reserva de 50% das vagas para alunos de escola pública, sendo metade destas para alunos com renda per capita até 1,5 salários mínimos e com reserva para estudantes negros e indígenas de acordo com a sua proporção na população de cada estado. As instituições federais tem prazo de até 4 anos para cumprir integralmente o que dispõe a lei.

UFRRJ	ENEM/SISU	20% de bônus na nota final para estudantes de escola pública
UNIRIO	ENEM/SISU	—
UEZO	Processo de seleção próprio	20% das vagas reservadas para estudantes de escola pública, 20% para estudantes negros e 5% para portadores de deficiência

É importante destacar que a UEZO é a única entre estas instituições localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, numa área relativamente mais próxima da Cidade de Deus. Todas as outras instituições demandam longos percursos de ônibus e/ou metrô para serem alcançadas. Além disso, o Rio de Janeiro conta com oito universidades privadas, todas participantes do PROUNI, e dezenas de pequenas instituições de ensino superior privado distribuídas pela cidade.

Apesar destas várias possibilidades, os estudantes de ensino médio da Cidade de Deus têm dificuldades em nomear as universidades públicas quando perguntados sobre as instituições de ensino superior existentes no Rio de Janeiro. Eles raramente sabem sobre as instituições privadas que participam do PROUNI e na sua maioria foram capazes de nomear apenas algumas poucas instituições de ensino superior localizadas nas imediações (Jacarepaguá ou Barra).

Diante deste quadro, é importante analisarmos as consequências destes resultados encontrados para o desenvolvimento das políticas de acesso e permanência no ensino superior. Trabalhos como o de VARGAS (2012) e SOUSA e PORTES (2011), entre outros, apontam que a tarefa de ampliar o número de estudantes no ensino superior vai levar justamente ao recrutamento de jovens com o perfil aqui descrito. Por um lado, é importante que a universidade esteja mais preparada para recebê-los. Por outro, este quadro aponta também para a necessidade de que as instituições de ensino superior se movimentem na direção de maior divulgação de seus cursos, modelos de acesso e políticas de permanência entre os estudantes de ensino médio, principalmente em escolas públicas.

Estudantes negros: afirmação identitária, auto-exclusão ou crença no igualitarismo?

Nas nove turmas pesquisadas, reunindo cerca de 110 estudantes, em função da realização dos grupos focais, a grande maioria dos estudantes são percebidos e se auto-classificam como pretos e pardos. Como em qualquer ambiente coletivo no Brasil, as nomenclaturas variam – negão, preto, “da cor”, retinto, pardo, moreno, “de cor” etc. – mas os percentuais aproximados variam de 60% a 80% de alunos negros.

Por esta razão, mais do que buscar fazer uma comparação entre as perspectivas de estudantes negros e brancos – inclusive porque os brancos, como diz Caetano Veloso, parecem “quase pretos de tão pobres” – interessa-nos refletir sobre a variação de posturas e posicionamentos entre os diferentes conjuntos de estudantes negros.

Não será possível, nos limites deste relatório de pesquisa, compreender uma análise aprofundada visando à construção de uma Sociologia das Relações Raciais na Cidade de Deus, embora este seja um empreendimento intelectual válido e necessário. Aqui será possível apenas traçar observações sobre como estes atores se movimentam dentro do contexto em que estão inseridos, incluindo aí sua postura diante das perspectivas futuras e das políticas de ação afirmativa.

Em geral, nos grupos focais destacou-se a presença de alguns estudantes negros muito vocais, com desenvoltura no seu auto-reconhecimento como negros e em relação à situação de exclusão que vivem. Em algumas ocasiões as situações de exclusão vivenciadas apareciam narradas com humor, ao que parece buscando aliviar o peso das mesmas.

Esta postura determinada de alguns poucos estudantes negros contrastava com a situação de certa apatia e auto-exclusão, ou mesmo ceticismo da maioria dos estudantes. Tal perspectiva em alguns casos se apresentou diretamente em relação à própria dinâmica da pesquisa. Mais de uma vez fomos abordados por

estudantes que perguntaram: “Para que serve essa pesquisa? A senhora vai nos dar uma bolsa para a faculdade?”.

A narrativa de situações de exclusão, combinando elementos de classe e raça, se expressou na maior parte dos casos em declarações que evidenciavam o desconforto com a desigualdade de oportunidades, numa nítida percepção da injustiça social e racial.

Entretanto, a força desse diagnóstico não informou uma opinião majoritariamente favorável à adoção de políticas de ação afirmativa. Ao serem perguntados pela primeira vez sobre o assunto, a maioria dos estudantes respondeu ser contra estas políticas. Rapidamente eram evocados os argumentos de igualdade perante a lei, do racismo ao inverso e do respeito ao mérito. Estas opiniões foram evocadas tanto por estudantes brancos como negros. Alguns alunos negros se sobressaíram na crítica à cota racial, afirmando que as cotas são uma espécie de violência contra os negros, porque apostam na sua incapacidade.

A discussão seguia-se em geral com ponderações sobre a diferença entre cotas “sociais” e “raciais”. A maioria não conhecia o modo como as políticas são implantadas e desconheciam detalhes das mesmas. O conhecimento sobre as políticas de ingresso no ensino superior revelou-se muito precário, como foi apontado anteriormente. E a esta altura surgiam muitas dúvidas e perguntas sobre como a política acontece na prática.

Neste momento fazíamos esclarecimentos sobre a exclusão no ensino superior, sobre a maior proporção de estudantes de escolas particulares e brancos aprovados no ENEM, principalmente em disputas para cursos de maior prestígio. Após esta breve explicação alguns rostos aos poucos se modificavam e havia manifestações favoráveis às cotas sociais. Em um dos grupos houve uma manifestação veemente: “Todos os estudantes de colégio particular deveriam ir para faculdades particulares! Deveriam ser proibidos de ir para a universidade pública!”.

Neste contexto do debate, um pouco mais aberto às ações afirmativas, alguns poucos alunos negros se posicionavam favoráveis

às cotas raciais. Em seguida, surgia o tema sobre quais são os critérios para definir quem é negro. Explicamos sobre auto-declaração, surgiu o assunto do risco de fraude e alguém perguntou se vale o que está escrito na certidão de nascimento.

O tempo dos grupos focais é limitado, assim como a capacidade de concentração dos alunos, por volta das 20h, após um dia de trabalho. Haveria outras nuances do debate que poderiam ser destacadas, mas vamos parar por aqui. Passamos agora às reflexões finais.

Nosso ponto principal é avançar na reflexão sobre as implicações destas narrativas e posicionamentos sobre o sucesso das políticas de ação afirmativa. Recentemente, em um seminário de pesquisa, uma colega afirmou que as políticas de democratização do ensino superior não são de aplicação automática, que “não se amplia a oferta de um bem com as características da educação da mesma forma como se amplia a produção de bens materiais numa fábrica. Numa fábrica, aumentando os insumos de forma geral, garante-se o aumento da produção de carros ou sapatos. No caso da universidade, embora se possa aumentar o número de vagas, professores, funcionários e instalações, a ocupação efetiva das vagas pode não ocorrer da maneira concebida pela política educacional. Isso se deve ao fato de que os novos estudantes, atores centrais sem os quais não há que se falar no aumento de matrículas e muito menos na expansão da universidade, precisam de um tempo para ajustar-se às mudanças, para se equiparem do necessário para acompanhá-las e absorvê-las”¹³.

Parece-me que as situações narradas e os resultados desta pesquisa apontam exatamente nesta direção: os movimentos e transformações voltados para a inclusão no ensino superior realizados na última década aconteceram, como era de se esperar, no plano institucional. Reconhecemos que estas mudanças foram impulsionadas por lideranças e organizações do movimento negro

13. Agradeço à colega Hustana Vargas, professora da UFF, por este instigante comentário.

motivadas por diagnósticos e percepções das violações do direito da população negra à educação e da persistência do racismo.

Ao passarmos à implementação destas medidas, entretanto, nos deparamos, por um lado, com uma grande desinformação por parte dos estudantes e da população em geral sobre o objetivo destas políticas. Por outro lado, nos deparamos também com uma grande diversidade de posturas sobre as políticas de ação afirmativa entre os estudantes de escola pública, e aqui, no caso estudado, entre os estudantes negros.

Estamos diante de um cenário em muitos estudantes que seriam o público alvo potencial das políticas de ação afirmativa: a) não conhecem as mesmas; b) quando conhecem, não têm informação sobre como funcionam e como acessá-las; c) em muitos casos discordam da sua adoção e consideram esta política discriminatória ou injusta, principalmente no seu componente racial; d) no universo estudado, esta postura crítica é compartilhada por boa parte dos estudantes negros.

Por estas constatações, observamos que, na defesa e implementação das políticas de ação afirmativa, é muito importante, por um lado, divulgar as políticas em curso, principalmente em relação ao seu principal público alvo. Por outro, também é importante enfrentar o desafio político de conhecer e discutir criticamente em que aspectos residem as resistências a estas políticas, buscando traçar estratégias voltadas para esclarecer os diferentes públicos sobre seus princípios e objetivos. Sem tais ações, corremos o risco de que as políticas que teriam como objetivo a promoção de oportunidades não sejam acessadas justamente por grande parte dos grupos que estão sujeitos a esta exclusão.



Considerações finais

Como principal conclusão, esta pesquisa aponta que um grupo minoritário de alunos do 3º ano do ensino médio na Cidade de Deus reconhece o ingresso no ensino superior como um objetivo alcançável. Grande parte dos estudantes pesquisados não se reconhece como potencial beneficiário das políticas de expansão do ensino superior atualmente em curso.

Este distanciamento ocorre pelo menos em razão de dois fatores. Os próprios estudantes reconhecem suas dificuldades de formação, considerando-se despreparados para disputar vagas em instituições competitivas. E, como foi dito, muitas vezes se auto-responsabilizam por este insucesso. Por outro lado, há um grande desconhecimento sobre os mecanismos mais recentes de inclusão no ensino superior. Poucos sabem sobre as diferentes formas de acesso, como reserva de vagas para estudantes de escola pública, presentes em várias instituições públicas de ensino superior no Rio de Janeiro, e reserva de vagas para estudantes negros, como é o caso da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Os estudantes têm ainda menos informação sobre o PROUNI e a possibilidade de ingressar em instituições privadas de ensino superior contando com uma bolsa do governo federal. No que diz respeito à permanência, os estudantes não possuem informações sobre os programas já existentes nas universidades públicas do Rio de Janeiro.

Diante deste quadro, é importante analisarmos as conseqüências destes resultados encontrados para o desenvolvimento das políticas de acesso e permanência no ensino superior. Trabalhos como o de VARGAS (2012) e SOUSA e PORTES (2011), entre outros, apontam que a tarefa de ampliar o número de estudantes no

ensino superior vai levar justamente ao recrutamento de jovens com este perfil. Por um lado, é importante que a universidade esteja mais preparada para recebê-los. Por outro, este quadro aponta também para a necessidade de que as instituições de ensino superior se movimentem na direção de maior divulgação de seus cursos, modelos de acesso e políticas de permanência entre os estudantes de ensino médio, principalmente aqueles em escolas públicas.

Por estas constatações, observamos que, na defesa e implementação das políticas de ação afirmativa, é muito importante, por um lado, divulgar as políticas em curso, principalmente em relação ao seu principal público alvo. Por outro, também é importante enfrentar o desafio político de conhecer e discutir criticamente em que aspectos residem as resistências a estas políticas, buscando traçar estratégias voltadas para esclarecer os diferentes públicos sobre seus princípios e objetivos. Sem tais ações, corremos o risco de que as políticas que teriam como objetivo a promoção de oportunidades não sejam acessadas justamente por grande parte dos grupos que estão sujeitos a esta exclusão.

Pretendemos dar continuidade a esta pesquisa em uma nova etapa, como um projeto desenvolvido no âmbito do GESED e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação da UFRJ.

Temos como objetivo numa próxima etapa analisar a demanda por ensino superior, aprofundando as questões já brevemente analisadas a partir da pesquisa realizada em 2012: quais são as estratégias utilizadas pelos jovens de menor renda, em sua maioria pretos e pardos, para chegar ao ensino superior? Como fazem uso dos novos mecanismos de acesso disponíveis? Como se preparam para a seleção, que sabem ser competitiva?

Como foi apontado anteriormente, os dados levantados indicam grande desinformação sobre os atuais mecanismos de acesso e permanência no ensino superior e baixa expectativa de acesso. Entretanto, identificamos um grupo de alunos que possuem esta

expectativa e formulam estratégias para alcançar este fim.

Nesta próxima etapa da pesquisa, pretendemos conhecer e analisar estas estratégias, porém ampliando o universo de pesquisa para os alunos residentes na Cidade de Deus, porém que cursam o Ensino Médio tanto dentro quanto fora da comunidade, geralmente em escolas do entorno, nos bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca.

Para esta pesquisa pretendemos utilizar metodologia semelhante a que foi utilizada na primeira etapa da pesquisa, através de grupos focais e entrevistas com estudantes, bem como através da realização de entrevistas selecionadas com professores e funcionários das escolas pesquisadas.

Esperamos continuar desvendando estes mecanismos e contribuir para a definição de ações que colaborem para uma efetiva aproximação entre as políticas de ampliação e democratização do ensino superior e o resultado para o qual foram desenhadas.

Referências bibliográficas

- ACTIONAID, 2008. Informação sobre parceria com CEACC. Disponível em: <http://www.actionaid.org.br/Default.aspx?tabid=664> ; acesso em: 06/06/2011.
- AMARAL, Daniela Patti do, 2010. O Programa Universidade para Todos e a ampliação do acesso ao ensino superior: diferentes discursos, difíceis consensos. Caxambu: Texto apresentado na 33ª. Reunião Anual da ANPED.
- BOURDIEU, Pierre, 2010. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Alfredo (Orgs.). Escritos de educação. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, p.39-64.
- CATANI, Afrânio Mendes & HEY, Ana Paula, 2007. A Educação Superior no Brasil e as tendências de ampliação do acesso. In: *Atos de Pesquisa em Educação*. PPGE/ME FURB, v. 2, nº 3, p. 414-429, set./dez. 2007.
- CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educ. Soc.*, Out 2006, vol.27, no.96, p.979-1000.
- CEACC/ CEAB – Diagnóstico das condições de vida de crianças e adolescents na Cidade de Deus. Rio de Janeiro: CEACC/ CEAB-UCAM.
- COULON, Alain. A condição de estudante: a entrada na vida universitária. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), 2008.
- DAYRELL, Juarez; LEÃO, Geraldo; REIS, Juliana B. dos, 2011. Juventude, Projetos de Vida e Ensino Médio. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Internacional da ALAS, 6 a 11 de setembro de 2011, Recife.
- FERES, João, 2010. Aprendendo com o debate público sobre ação afirmativa, ou como argumentos ruins podem tornar-se bons tópicos de pesquisa. In: *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Paiva, Ângela Randolpho Paiva (org.). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Pallas, 2010, págs.157-182.
- FERREIRA, Renato, 2006. O mapa das ações afirmativas no ensino superior. Disponível em www.politicasdacor.net. acesso em 15.02.2009.
- GUIMARÃES, A. S., 2010. Entrevista ao site da Ação Educativa sobre ações afirmativas. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=633 ; acesso em 27/05/2011.

- HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle (orgs.), 2003. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- HERINGER, Rosana, 2010. *Ação afirmativa à brasileira: institucionalidade, sucessos e limites da inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil (2001-2008)*. In: *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Paiva, Ângela Randolpho Paiva (org.). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Pallas, 2010, págs. 117-144.
- _____, 2011. “Expansão do ensino superior no Brasil: acesso, diferenciação interna e políticas de inclusão”. Trabalho apresentado ao GT 08: Educação Superior na Sociedade Contemporânea, no XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba, 26 a 29 de julho de 2011.
- _____, 2012a. “Expectativas sobre ingresso no ensino superior entre estudantes da Cidade de Deus, Rio de Janeiro”. In: *Anais do III Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação Problemas contemporâneos da educação no Brasil e em Portugal: desafios à pesquisa*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- _____, 2012b. “Expectations about higher education in City of God, Brazil: Does diversification in access make a difference?”. Paper presented at the 2nd ISA Forum of Sociology Social Justice & Democratization. Buenos Aires.
- _____ & FERREIRA, Renato, 2009. *Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008*. in Paula, Marilene de & Heringer, Rosana. *Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll/ ActionAid, 2009.
- IBASE, Entrevista com Cleonice Dias. *Revista Democracia Viva*, jun/ 2004.
- _____, 2010. Levantamento Sócio-econômico na comunidade Cidade de Deus do Rio de Janeiro. Disponível em www.ibase.br ; acesso em: 31/05/2011.
- IBGE, 2009. Síntese de Indicadores Sociais 2008. Disponível em: www.ibge.gov.br
- INEP, 2000. Plano Nacional de Educação. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf Acesso em 08/06/2011.
- _____, 2009. Censo da educação superior. Disponível em www.inep.gov.br.
- _____, 2009. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA, vol. 18.
- IPEA, 2008. PNAD 2007 – Primeiras Análises. Brasília: IPEA, Comunicado da Presidência No. 12.
- JODAS, Juliana e KAWAGAMI, Erika, 2011. *Políticas de acesso ao ensino superior: os desdobramentos na configuração dos programas de ação afirmativa no Brasil*. Trabalho apresentado no XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador: UFBA.
- MOEHLECKE, Sabrina, 2004. *Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça social*. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, p.757-776, Especial, out/2004.

- MORCHE, Bruno & NEVES, Clarissa E. B., 2010. A questão racial no acesso ao ensino superior: políticas afirmativas e equidade. Florianópolis: Seminário Fazendo Gênero.
- NEVES, Clarissa E. B., 2012. “Ensino superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão”. Trabalho apresentado no Congresso da LASA, São Francisco, EUA, 23 a 26 de maio de 2012.
- NUNES, Edson. 2007. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. In: *RAP – Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: Edição Especial Comemorativa 103-47, 1967-2007.
- OLIVEIRA, João Ferreira de; Dourado, Luiz Fernandes; Amaral, Nelson Cardoso, 2006. Desafios e perspectivas de uma política para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). In: Moehlecke, Sabrina; Catani, Afrânio Mendes *et alli.*, 2006. *Políticas de Acesso e Expansão da Educação Superior: concepções e desafios*. Brasília: MEC/ INEP.
- PAINO, André, 2011. “Conheça a Cidade de Deus, comunidade que Obama visita neste domingo – Favela retratada em filme ainda sofre com falta de estrutura”. Disponível em: Fonte: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/conheca-a-cidade-de-deus-comunidade-que-obama-visita-neste-domingo-20110320.html>. Acesso em 26/06/2012.
- PAIVA, A. R. (org.) 2004. Ação afirmativa na universidade: reflexão sobre experiências concretas Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ.
- ____ (org.), 2010. Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras ed. Rio de Janeiro : Editora PUC-Rio.
- PAIXÃO, Marcelo *et alli*, 2011. Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2009-2010. Rio de Janeiro: Garamond.
- SANTOS, Clarissa Tagliari, 2011. A chegada ao ensino superior: o caso dos bolsistas do PROUNI na PUC-Rio. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/ IFCS/UFRJ.
- SANTOS, Georgina; MACHADO, Cristiane de O. X.; BRITO, Larisse Miranda de; 2012. Itinerários de Jovens Universitários no Recôncavo da Bahia. II Colóquio Internacional do Observatório da Vida Estudantil: Universidade, responsabilidade social e juventude. 31 de maio, 01 e 02 de junho de 2012. UFRB – Campus Cachoeira, Centro de Artes, Humanidades e Letras, prédio da Fundação Hansen.
- SANTOS, Renato Emerson, 2003. Racialidade e novas formas de ação social: o pré-vestibular para negros e carentes. In: Santos, R. E. & Lobato, Fátima (orgs.), 2003. *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A/ LPP-UERJ. Coleção Políticas da Cor.
- SILVA, Jailson de Souza e, 2003. Por que uns e não outros? Caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- SOUSA, Letícia Pereira e PORTES, Écio Antônio, 2011. As propostas de políticas/ ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 92, n. 232, p. 516-541, set./dez. 2011.

TEIXEIRA, Ana Maria F., 2011. Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular. In: SAMPAIO, Sonia M. R. (org.) – Observatório da Vida Estudantil: Primeiros Estudos. Salvador: UFBA, pags. 27-51.

TEIXEIRA, Moema P., 2003. Negros na Universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas.

VARGAS, Hustana M., 2012, Políticas de Permanência na Universidade Federal Fluminense: um estudo sob a perspectiva das carreiras e da interiorização In: PAULA, Maria de Fátima Costa de e SILVA, Maria das Graças Martins da (Org.). As políticas de democratização da educação superior nos Estados do Rio de Janeiro e do Mato Grosso: produção de pesquisas e questões para o debate. Cuiabá: Editora da UFMT, no prelo.

VIEIRA, Andréa L. da C. & VIEIRA, José Jairo. Dilemas da inclusão e entraves à permanência: por uma reflexão multidimensional das políticas de ação afirmativa no Brasil. In: *O Social em Questão*, n. 23, 2010, pags. 72-92.

ZAGO, Nadir, 2006. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, pp. 226-237, ago. 2006.

Roteiro dos grupos focais

Roteiro – Grupo focal
Colégio Estadual Pedro Aleixo
(turmas 3001 e 3002¹⁴)

Abril/2012

Informações gerais:

- há quanto tempo mora na Cidade de Deus
 - o que gosta de fazer no tempo livre/ lazer/ fim de semana
 - hábitos culturais/ leitura
- a) breve histórico da trajetória escolar (escolaridade dos pais, idade que ingressou na escola, se houve interrupção no ciclo escolar, se houve repetência, desempenho etc.)
- b) situação familiar e ocupacional (com quem mora, como se compõe a renda doméstica, se trabalha ou já trabalhou e em quê etc.)
- com quem mora
 - contribuição para renda familiar
- c) expectativas e aspirações em relação ao futuro,
- pretende tentar ingressar no ensino superior,
 - que curso pretende fazer, por que?
 - em que instituição, por que?
 - período diurno ou noturno

14. Também utilizado com os estudantes do SESI Cidadania, entre agosto e setembro de 2012.

- d) Conhecimento e decisão sobre fazer o ENEM
 - pedir para que definam o que é o ENEM
 - pedir para que descrevam como se faz a inscrição
 - para que serve o ENEM?

- e) freqüenta ou pretende freqüentar curso pré-vestibular?
 - por que?
 - qual?
 - conhecimento sobre cursos pré-vestibular comunitários existentes nas redondezas?

- f) conhece alguém (familiares ou amigos) que concluiu o ensino superior? Ou que está cursando?
 - pedir que descrevam, informem quem é, em que curso e em que instituição (“outro de referência”)

- g) Avaliação que faz da escola que freqüenta:
 - qualidade dos professores,
 - conteúdo,
 - infra-estrutura,
 - biblioteca,
 - alimentação,
 - desempenho dos alunos de turmas anteriores no ENEM ou em outros testes

- h) Conhecimento sobre programas existentes voltados para ampliação do acesso e permanência no ensino superior:
 - seleção através do ENEM,
 - cotas,
 - Prouni,
 - FIES,
 - bolsas,
 - outros mecanismos

- i) Pretendem tentar o vestibular através de cotas?
 - por que?
 - o que acham das cotas?
 - como se auto-classificam em termos raciais (branco, preto, pardo, amarelo, indígena)?
- j) espera que sua vida tenha mudanças de que tipo caso consiga ingressar no ensino superior?
- k) que dificuldades considera que poderá enfrentar quando ingressar no ensino superior? Como pretende superá-las?
- l) Caso não pretenda ingressar no ensino superior agora, identificar se este seria um plano para o futuro.
- m) se não pretende ingressar no ensino superior, quais as razões; se pretende fazer outro tipo de curso visando a formação profissional
- n) como espera que sua vida será daqui a 10 anos (2022)?

Outros comentários finais/ agradecimentos

Seminário “Cidade de Deus: expectativas de acesso ao ensino superior, percepções sociais e mobilização comunitária”

Como planejado no projeto, este seminário foi realizado no dia 30 de outubro de 2012, no Auditório Manoel Mauricio de Albuquerque do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ (Campus Praia Vermelha). O seminário teve como objetivo apresentar e discutir os resultados da pesquisa de campo realizada ao longo de 2012 sobre expectativas de ingresso no ensino superior entre jovens da Cidade de Deus. Também aproveitamos a oportunidade da passagem dos 10 anos de lançamento do filme Cidade de Deus, de Fernando Meirelles e Katia Lund, para realizar uma reflexão sobre a Cidade de Deus hoje: percepções sociais sobre a comunidade, políticas públicas e mobilização comunitária. A fim de concretizar este duplo objetivo do seminário, convidamos o Prof. Paulo Jorge Ribeiro, da PUC-Rio para co-organizar o evento. Sua tese de doutorado reflete sobre a recepção do livro e do filme Cidade de Deus.

O evento foi promovido pelo GESED – Grupo de Estudos dos Sistemas Educacionais, grupo de pesquisa do qual fazemos parte, e pela Faculdade de Educação da UFRJ. Para sua realização, além da Faperj, o evento contou com o apoio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ. Contou ainda com a parceria do CEACC – Centro de Estudos e Ações Culturais e de Cidadania, da Relatoria do Direito Humano à Educação – Plataforma Brasileira dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais e da PUC-Rio.

Apresentamos a seguir a programação do seminário.

Data

30 de outubro de 2012

Local

UFRJ – Campus da Praia Vermelha
Av. Pasteur, 250 – Urca – Rio de Janeiro
Auditório Manoel Maurício Albuquerque – Centro de Filosofia
e Ciências Humanas (CFCH)
Horário: 9:30 às 17:30

Objetivo:

O seminário tem por objetivo apresentar e discutir os resultados de uma pesquisa de campo realizada ao longo de 2012 sobre expectativas de ingresso no ensino superior entre jovens da Cidade de Deus.

Além disso, o filme aproveita a oportunidade da passagem dos 10 anos de lançamento do filme Cidade de Deus, de Fernando Meirelles e Katia Lund, para realizar uma reflexão sobre a Cidade de Deus hoje: percepções sociais sobre a comunidade, políticas públicas e mobilização comunitária.

Programação:

9:30 – Abertura

- Rosana Heringer (GESED/FE/UFRJ)
- Paulo Jorge Ribeiro (PUC-Rio)
- Marcio da Costa (GESED/ FE/UFRJ)
- Maria Helena Barros Luz (Diretora do Colégio Estadual Pedro Aleixo)
- Rosângela Dantas (SESI-Cidadania)

10:15 – Mesa I

“Expectativas de ingresso no ensino superior entre estudantes de ensino médio na Cidade de Deus, Rio de Janeiro”

Moderador:

- Paulo Jorge Ribeiro (PUC-Rio)

Expositora:

- Rosana Heringer (FE/UFRJ)

Debatedores:

- Gabriela Honorato (FE/UFRJ)
- Warley da Costa (FE/UFRJ)

Debates

12:30 – Intervalo para almoço

14h – Mesa II

“Percepções sociais e mobilização comunitária 10 anos após o filme Cidade de Deus”

Moderadora:

- Rosana Heringer (FE/UFRJ)

Expositores:

- Paulo Jorge Ribeiro (PUC-Rio)
- Lizete Martins da Silva (Banco Comunitário da Cidade de Deus e Cons. Comunitário Gabinal-Margarida)
- Luiz Eduardo Soares (UERJ)

Debates

17:30 – Encerramento

Promoção:

- GESED – Grupo de Estudos dos Sistemas Educacionais
- Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Parcerias:

- CEACC – Centro de Estudos e Ações Culturais e de Cidadania
- Relatoria do Direito Humano à Educação – Plataforma Brasileira dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DHESCA)
- PUC-Rio

Apoio:

FAPERJ
CFCH/UFRJ

O seminário reuniu um público de cerca de 70 pessoas que circularam nas diferentes sessões. Vale mencionar a expressiva presença de lideranças e integrantes de organizações da Cidade de Deus que compareceram, e tiveram a oportunidade de participar com depoimentos e perguntas, a partir do público. Também foi positiva a presença de um grupo de estudantes do programa Sesi-Cidadania, que foram objeto da pesquisa. O próprio setor de Educação Básica do Sesi-Jacarepaguá viabilizou a presença dos estudantes através de uma van.

Durante a mesa da manhã o debate concentrou-se na análise das causas para a pouca expectativa dos estudantes da Cidade de Deus em ingressar na educação superior e também na reflexão sobre as estratégias que vem sendo desenvolvidas para ampliar este acesso. Houve preocupação em observar-se que os professores das escolas de ensino médio também são muitas vezes desinformados sobre as possibilidades de acesso à educação superior e que deveria haver uma preocupação em informa-los.

Outro aspecto levantado diz respeito ao papel que o trabalho ocupa na vida destes estudantes. Observou-se que trata-se de uma contradição, pois ao mesmo tempo que o trabalho amplia horizontes e estimula a continuidade dos estudos, também limita em termos de tempo e de disponibilidade para a continuidade da formação.

Também foi analisado o fato de que alguns estudantes afirmam que pretendem curso universidade pública, dado que outros trabalhos demonstram que, em função de sua formação, este seria um caminho difícil para muitos destes jovens.

A mesa da tarde concentrou-se mais na análise das repercussões, interpretações e desdobramentos políticos do romance e, principalmente, do filme Cidade de Deus, lançado em 2002. A mesa se iniciou com a exibição de um pequeno trecho do filme, cerca de 15 minutos, que apresenta o episódio da “Despedida de Bené”. Este personagem, segundo a análise de Paulo Jorge Ribeiro, se constitui no mediador entre os diferentes grupos na Cidade de Deus. E, a partir de sua morte, os conflitos se exacerbam nas situações retratadas pelo filme.

As falas seguintes, incluindo a participação da plateia no debate, foram no sentido de apresentar diferentes visões sobre esta questão das mediações, construindo-se várias pontes em relação ao contexto de 2012, três anos após a implantação da UPP na Cidade de Deus. Observou-se que o Estado, principalmente através da polícia, terminou por se constituir no principal mediador neste momento. Entretanto houve questionamentos sobre se este deve ser o papel da polícia na comunidade, pois esta não seria a vocação de uma instituição de segurança pública. Criticou-se, por exemplo, o fato da polícia militar oferecer atividades sociais, enquanto sua função deveria ser principalmente policiamento constante.

O debate também revelou diferentes perspectivas sobre a memória da comunidade, levando à percepção de que a memória é um campo de disputa por excelência e de que a memória da Cidade de Deus se funda a partir da violência e este fato marca sua trajetória. Houve uma importante reflexão sobre as possibilidades

colocadas hoje para a comunidade, que tem diante de si a possibilidade de reencontrar o caminho de mobilização e atuação política, mas também corre o risco de ser engolida em tempos de forte especulação imobiliária naquela área da cidade.

Duas ideias poderiam sintetizar os debates do dia. Por um lado o fato de que o filme se tornou um protagonista na história da Cidade de Deus. Por outro, o estabelecimento de um vínculo entre os debates das duas sessões do dia, ao reconhecermos simbolicamente que o autor do romance Cidade de Deus, que originou o filme, foi um morador e estudante da Cidade de Deus que teve sua oportunidade e conseguiu ingressar na educação superior. Concluiu-se que é preciso investir na ampliação de muitas outras vozes como esta.

A presente publicação destina-se a apresentar os resultados e conclusões do projeto “Democratização do acesso ao ensino superior: avanços recentes e novos desafios”, realizado com o apoio da Faperj entre 2011 e 2013. O projeto incluiu a realização de levantamento bibliográfico, levantamento de dados secundários sobre acesso ao ensino superior e a realização de uma pesquisa de campo na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, incluindo atividades de observação, grupos focais e entrevistas com os alunos do 3º do ensino médio. O estudo apresenta resultados sobre o quanto as informações relacionadas às diferentes formas de acesso ao ensino superior são de conhecimento dos estudantes de ensino médio na Cidade de Deus. Também explora em que medida os estudantes têm informação sobre as políticas de ação afirmativa que ampliam o acesso ao ensino superior.

Profa. Rosana Heringer
Faculdade de Educação
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Email: rosana.heringer@gmail.com



ISBN 978-85-916111-0-2